

# Jauru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019

# Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

## Relatório da administração

### 1. Mensagem da administração

A administração da Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### 2. A Companhia

A Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

### 3. Principais acontecimentos no exercício

#### (a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2019-2020 foi de R\$ 61.393 mil, um incremento de 4,7% quando comparada com a RAP para o ciclo 2018-2019 que foi de R\$ 58.660 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA).

#### (b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2019 foi de 98,66%, contra uma disponibilidade de 95,71% no exercício de 2018.

### 4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

#### (a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

#### (b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros as atribuições e os poderes conferidos por lei.

## **5. Declaração da Diretoria**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da  
Jauru Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Jauru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.2 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;</p> <p>ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e</p> <p>iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluimos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro 31 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1



## Balanços patrimoniais

### Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.418	4.829
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	1.929	8.460
Concessionárias e permissionárias	10	7.241	8.540
Ativo de contrato	11	79.186	75.930
Impostos e contribuições a recuperar	12	3.780	4.919
Outros ativos		10.207	7.311
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>105.761</b>	<b>109.989</b>
Ativo de contrato	11	561.127	575.315
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	12.787	8.731
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>573.914</b>	<b>584.046</b>
Imobilizado e Intangível		3.971	3.978
<b>Total do imobilizado + intangível</b>		<b>3.971</b>	<b>3.978</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>577.885</b>	<b>588.024</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>683.646</b>	<b>698.013</b>
Fornecedores		1.106	752
Financiamento	13	17.862	20.168
Debêntures	14	10.287	10.287
Impostos e contribuições a recolher	12	2.361	1.786
PIS e COFINS diferidos	15	7.325	7.024
Dividendos a pagar	23 (b)	2.634	11.854
Encargos setoriais		2.839	2.642
Outros passivos		5.832	1.554
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>50.246</b>	<b>56.067</b>
Financiamento	13	95.161	112.630
Debêntures	14	60.808	62.664
PIS e COFINS diferidos	15	50.181	53.217
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	67.153	58.502
Outros passivos		456	3.749
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>273.759</b>	<b>290.762</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>324.005</b>	<b>346.829</b>
Capital social	18 (a)	266.880	266.880
Reserva de lucros	18 (b)	92.761	84.304
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>359.641</b>	<b>351.184</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>683.646</b>	<b>698.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>19</b>	<b>53.499</b>	<b>52.269</b>
Pessoal		(4.662)	(4.114)
Material		(397)	(381)
Serviços de terceiros	20 (a)	(5.780)	(2.787)
Outros		(1.007)	(850)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(11.846)</b>	<b>(8.132)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>41.653</b>	<b>44.137</b>
Pessoal		(98)	-
Serviços de terceiros	20 (b)	(1.280)	(1.332)
Outros		(2.712)	(716)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(4.090)</b>	<b>(2.048)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>37.563</b>	<b>42.089</b>
Receitas financeiras		1.459	1.843
Despesas financeiras		(20.810)	(22.544)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>21</b>	<b>(19.351)</b>	<b>(20.701)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>18.212</b>	<b>21.388</b>
Corrente		-	(1.113)
Diferido		(7.121)	(6.256)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>22</b>	<b>(7.121)</b>	<b>(7.369)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.091</b>	<b>14.019</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		0,04	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	11.091	14.019
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>11.091</b>	<b>14.019</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção lucros	lucros a realizar		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>266.880</b>	<b>1.795</b>	<b>25.575</b>		<b>-</b>	<b>294.250</b>
Ajuste na aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15		-	-	-	46.245	-	46.245
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>		<b>266.880</b>	<b>1.795</b>	<b>25.575</b>	<b>46.245</b>	<b>-</b>	<b>340.495</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.019	14.019
Reserva Legal		-	701	-	-	(701)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.330)	(3.330)
Reserva de retenção de lucros		-	-	9.988	-	(9.988)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>266.880</b>	<b>2.496</b>	<b>35.563</b>	<b>46.245</b>	<b>-</b>	<b>351.184</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.091	11.091
Reserva Legal	18 (b)	-	556	-	-	(556)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	(2.634)	(2.634)
Reserva de retenção de lucros	18 (b)	-	-	7.901	-	(7.901)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>266.880</b>	<b>3.052</b>	<b>43.464</b>	<b>46.245</b>	<b>-</b>	<b>359.641</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		11.091	14.019
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.121	6.256
- PIS e COFINS diferidos		(1.011)	670
- Variação Monetária		-	1.844
- Juros e correção monetária sobre financiamentos e debêntures		18.654	20.578
- Ativo de contrato - remuneração	11	(64.999)	(65.857)
		<b>(29.144)</b>	<b>(22.491)</b>
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		6.531	(1.666)
- Concessionárias e permissionárias		1.298	(531)
- Ativo de contrato	11	75.930	73.111
- Impostos e contribuições a recuperar		1.139	(852)
- Outros ativos		(2.896)	(4.132)
- Fornecedores		354	(586)
- Impostos e contribuições a recolher		575	1.067
- Encargos setoriais		197	445
- Outros passivos		795	(1.523)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>54.779</b>	<b>42.843</b>
Debêntures - pagamento de juros	14	(5.791)	(5.612)
Financiamentos - pagamento de juros	13	(9.848)	(11.530)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>39.140</b>	<b>25.701</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários		(4.056)	(426)
Imobilizado e intangível		6	(264)
<b>Caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(4.050)</b>	<b>(690)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos		(11.854)	-
Debêntures - pagamento de principal	14	(4.497)	-
Financiamentos - pagamento de principal	13	(20.150)	(20.391)
<b>Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento</b>		<b>(36.501)</b>	<b>(20.391)</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.411)</b>	<b>4.620</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.829	209
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>3.418</b>	<b>4.829</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
<b>Base de preparação</b>		
1.	Contexto operacional	15
2.	Base de preparação	16
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	16
4.	Uso de estimativas e julgamentos	16
<b>Políticas contábeis</b>		
5.	Base de mensuração	16
6.	Principais políticas contábeis	17
7.	Novas normas e interpretações	25
<b>Ativos</b>		
8.	Caixa e equivalentes de caixa	26
9.	Títulos e valores mobiliários	26
10.	Concessionárias e permissionárias	27
11.	Ativo de contrato	27
12.	Impostos e contribuições a recuperar	27
<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>		
13.	Financiamento	28
14.	Debêntures	31
15.	PIS e COFINS diferidos	32
16.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	33
17.	Provisões	33
18.	Patrimônio líquido	33
<b>Desempenho do ano</b>		
19.	Receita operacional líquida	34
20.	Serviços de terceiros	35
21.	Receitas (despesas) financeiras líquidas	35
<b>Tributos sobre o lucro</b>		
22.	Imposto de renda e contribuição social	36
<b>Outras informações</b>		
23.	Transações com partes relacionadas	36
24.	Gestão de riscos financeiros	36
25.	Cobertura de seguros	39
26.	Evento subsequente	39

## 1 Contexto operacional

A Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 3 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

### 1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 001/2007 ("Contrato"), para o período de 30 anos, tem como objetivo: (i) instalações de transmissão em 230 KV, com origem na Subestação Samuel e término na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ariquemes e término na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ji-Paraná e término em Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Pimenta Bueno e término na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia e término em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km; e (ii) entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, 230 KV na Subestação Ariquemes por reatores de linha, 230 KV na Subestação Pimenta Bueno por reatores de linha, 230 KV na Subestação Vilhena por reatores de linha e 230 KV na Subestação Jauru por reatores de linha bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 20 de abril de 2007 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de abril de 2037. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2013.

A partir de julho de 2024 (16° ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15° ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

## 1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 2.565, de 28 de junho de 2019, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2019-2020 em R\$ 61.393 (R\$ 58.660 para o ciclo 2018-2019). Um aumento aproximado de 4,7%.

## 2 Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de março de 2020.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

## 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.



## 6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

### 6.1 Instrumentos financeiros

#### (a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### (b) Classificação e mensuração subsequente

##### i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

## **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

##### **iv.1 Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

##### **iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### **iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

##### **iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(c) Desreconhecimento**

**i. Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**ii. Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(d) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(e) Instrumentos financeiros derivativos**

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

## 6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IGP-M.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de Reserva de lucros a realizar.

### **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

### **6.4 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 6.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

## 6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos

A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC") é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

## 6.7 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

## 6.8 Reserva para incentivo fiscal

As subvenções fiscais visam compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se fosse devido, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à conta de reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.



## 7 Novas normas e interpretações

### (a) Novas normas e interpretações (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019)

#### i. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

No início de um contrato, o Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

A Companhia não identificou impactos na adoção da norma em 1º de janeiro de 2019.

#### ii. ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação

A Companhia não identificou impactos na adoção da norma em 1º de janeiro de 2019.

### (b) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; (ii) Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); (iii) Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e (iv) IFRS 17 Contratos de Seguros.

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

		2019	2018
Caixa e bancos		162	210
Operações compromissadas	(a)	3.256	4.619
		<b>3.418</b>	<b>4.829</b>

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 50% (50% em 2018) do DI com vencimento em janeiro de 2020.

## 9 Títulos e valores mobiliários

### i. Circulante

		2019	2018
Fundo de investimento		14	5.172
CDB	(a)	1.915	3.288
		<b>1.929</b>	<b>8.460</b>

Redução no exercício principalmente pelo pagamento de dividendos e das amortizações do financiamento e das debêntures.

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 97% (97,2% em 2018) do DI com vencimento entre novembro e dezembro de 2020.

### ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

Em 31 de dezembro de 2019 a totalidade dos recursos está aplicado no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2019 foi de 5,63% (6,07% no exercício findo em 2018).

## 10 Concessionárias e permissionárias

	2019	2018
A vencer	6.394	6.577
Até 3 meses	42	52
Acima de 3 meses	805	1.911
	<b>7.241</b>	<b>8.540</b>

## 11 Ativo de contrato

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>651.245</b>	<b>-</b>
Transferência do ativo financeiro	-	576.494
Impacto da adoção do CPC 47	-	82.005
Remuneração do ativo de contrato	64.999	65.857
Recebimentos	(75.931)	(73.111)
	<b>640.313</b>	<b>651.245</b>

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo.

	2019	2018
Circulante	79.186	75.930
Não circulante	561.127	575.315
	<b>640.313</b>	<b>651.245</b>

## 12 Impostos e contribuições a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda	2.371	3.950
Contribuição social	560	579
Outros	849	390
	<b>3.780</b>	<b>4.919</b>

## 13 Financiamento

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>132.798</b>	<b>152.363</b>
Juros	10.222	12.356
Amortização - principal	(20.149)	(20.391)
Amortização - juros	(9.848)	(11.530)
	<b>113.023</b>	<b>132.798</b>

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo.

	2019	2018
Circulante	17.862	20.168
Não circulante	95.161	112.630
	<b>113.023</b>	<b>132.798</b>

A Companhia possui contratos de financiamento com o BNDES e ambos são destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental.

O contrato firmado em 23 de dezembro de 2009 possui o valor total do financiamento em R\$ 107.000 dividido em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 86.285 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,32% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de abril de 2024.
- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 17.715 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de outubro de 2019.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 3.000 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de novembro de 2015.

O contrato firmado em 26 de dezembro de 2012 possui o valor total do financiamento em R\$ 152.800 dividido em 3 (três) subcréditos:

- iv. Subcrédito D no valor de R\$ 138.300 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,58% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.
- v. Subcrédito E no valor de R\$ 13.200 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de dezembro de 2022.
- vi. Subcrédito F no valor de R\$ 1.300 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2019
Em 2021	17.862
Em 2022	17.862
Em 2023	17.862
Em 2024	17.862
A partir de 2025	23.713
	<b>95.161</b>

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir:

- Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não conceder preferência a outros créditos e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido;
- Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e
- Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3 e o ICP igual ou superior a 30%.

Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

**(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)**

	2019
<b>(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)</b>	<b>1,55</b>
(A) Geração de caixa da atividade	62.309
(B) Serviço da dívida	40.285
<b>(A) Geração de caixa da atividade</b>	<b>62.309</b>
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	13.290
(+) LAJIDA (EBITIDA)	49.047
(-) Pagamento de imposto de renda	(19)
(-) Pagamento de contribuição social sobre o lucro líquido	(9)
<b>(B) Serviço da dívida</b>	<b>40.285</b>
(+) Amortização de principal	24.647
(+) Pagamento de juros	15.638
<b>LAJIDA (EBITIDA)</b>	<b>49.047</b>
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	18.212
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	19.351
(+) Resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo	-
(+) Depreciações e amortizações	-
(+/-) Perdas (desvalorização) por impairment/reversão de perdas anteriores	-
(+/-) Resultado com operação descontinuadas negativo/positivo	-
(-) Outras receitas operacionais	-
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da CPC 47	(1.011)
(-) Margem de construção (receita de construção - custo de construção)	-
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(49.376)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(13.280)
(+) Montante recebido pela empresa a título de RAP	64.889
(+) Parcela de PIS e COFINS deduzida da RAP + demais deduções da receita	8.725
(+/-) Outros ajustes IFRS	1.537

**(b) Índice de capital próprio (ICP)**

<b>(A) Índice de capital próprio (B) / (C)</b>	<b>59%</b>
(B) Patrimônio líquido	279.849
(C) Total do ativo	477.484

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

## 14 Debêntures

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>72.951</b>	<b>70.341</b>
Juros	8.432	8.222
Amortização - principal	(4.497)	-
Amortização - juros	(5.791)	(5.612)
	<b>71.095</b>	<b>72.951</b>

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo.

	2019	2018
Circulante	10.287	10.287
Não circulante	60.808	62.664
	<b>71.095</b>	<b>72.951</b>

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de junho de 2013 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 39.000. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 8% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios será realizado no dia 15 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento em 15 de dezembro de 2030.

Em 24 de outubro de 2013, a Companhia celebrou instrumento particular de Escritura da 2ª emissão pública de debêntures no valor total de até R\$ 39.000 em debêntures simples e não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$ 250 com emissão de 156 debêntures com data de emissão em 15 de junho de 2013. Os encargos financeiros são IPCA acrescido de 8% ao ano.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2019
Em 2021	10.287
Em 2022	10.287
Em 2023	10.287
Em 2024	10.287
A partir de 2025	19.660
	<b>60.808</b>

A escritura das debêntures possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir:

- Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária e não pecuniária;
- A constituição, sem a autorização prévia dos debenturistas titulares de, no mínimo 85% do total das debentures em circulação, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios;
- Decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento com o BNDES;
- A extinção, encampação, rescisão, anulação ou caducidade da concessão outorgada pela União Federal sob o contrato de concessão;
- Pedido de: (i) falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido no prazo legal e (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia.
- Apurar o ICSD anualmente e durante todo o período de amortização da escritura. O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3. O Cálculo do ICSD segue a mesma metodologia utilizada no cálculo do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

## 15 PIS e COFINS diferidos

	2019	2018
PIS	10.258	10.746
COFINS	47.249	49.495
	<b>57.507</b>	<b>60.241</b>

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo.

	2019	2018
Circulante	7.325	7.024
Não circulante	50.181	53.217
	<b>57.507</b>	<b>60.241</b>

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.



## 16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	2018
Imposto de renda	49.377	43.016
Contribuição social	17.776	15.486
	<b>67.153</b>	<b>58.502</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato.

## 17 Provisões

A Companhia possui ações judiciais, em sua maioria compostas por indenizações por dano moral, acidente de trabalho, horas extras, remuneração, periculosidade e ações fiscais, cujo prognóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e para a qual a Companhia manteve provisão no montante de R\$574 no exercício (R\$ 574 em 2018). O saldo está sendo reconhecido na rubrica de outros passivos.

Durante a fase de construção, a Companhia foi autora de ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras. Os valores envolvidos, em sua maioria, foram depositados em juízo e reconhecidos como custo de construção na época.

## 18 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 266.880 dividido em 266.880.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%		Ações (mil)	
	2019	2018	2019	2018
Celeo Redes Brasil S.A.	33%	67%	88.960	177.920
Celeo Redes Expansões S.A.	67%	0%	177.920	-
Lintran do Brasil Participações S.A.	0%	33%	-	88.960
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>266.880</b>	<b>266.880</b>

Em dezembro de 2018 ocorreu alteração na organização acionária da Companhia. A Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes) já detinha 33% de participação na Companhia e adquiriu mais 33% da participação que pertencia ao acionista Isolux Energia e Participações S.A. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 a Celeo Redes detinha 66% de participação na Companhia.

Em julho de 2019, a Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões) adquiriu 33% de participação que pertenciam a Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. e adicionalmente, a Celeo Redes transferiu 33% das suas ações para a Celeo Expansões em forma

de aporte de capital. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019 a Celeo Redes e a Celeo Redes Expansões S.A. detinham 33% e 66% de participação na Companhia, respectivamente.

**(b) Reserva de lucros**

**i. Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

**ii. Reserva de retenção de lucros**

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

**iii. Reserva de lucros a realizar**

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 6.2.

**(c) Dividendos mínimos obrigatórios**

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

## 19 Receita operacional líquida

		2019	2018
Remuneração do ativo de contrato	(a)	49.376	51.357
Receita de operação e manutenção		13.280	12.788
Parcela variável	(b)	(1.443)	(3.515)
<b>Receita bruta</b>		<b>61.213</b>	<b>60.630</b>
PIS e COFINS correntes		(6.136)	(6.457)
PIS e COFINS diferidos		1.011	671
Encargos setoriais		(2.589)	(2.575)
<b>Deduções da receita</b>		<b>(7.714)</b>	<b>(8.361)</b>
		<b>53.499</b>	<b>52.269</b>

(a) Na linha de remuneração do ativo de contrato está incluído o valor de R\$ 15.623 (R\$ 14.500 em 2018) referente a perda na RAP. Com a adoção do ativo de contrato, toda a diferença entre a RAP projetada e a RAP realizada é reconhecida no resultado.

(b) A Parcela variável é o desconto, previsto no contrato de concessão e em resolução normativa da ANEEL, na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa da instalações integrantes da Rede Básica sob a responsabilidade da transmissora.

## 20 Serviços de terceiros

### (a) Custos operacionais

		2019	2018
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(i)	(1.845)	-
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(1.573)	(1.633)
Manutenção da faixa de servidão		(913)	(441)
Consultorias técnicas		(680)	(339)
Compartilhamento de instalação		(389)	(374)
Diversos		(380)	-
		<b>(5.780)</b>	<b>(2.787)</b>

- i. Refere-se ao custo realizado para o reparo do reator.
- ii. Refere-se a prestação de serviço para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizado pela Celeo Redes.

### (b) Despesas operacionais

		2019	2018
Prestação de serviços administrativos	(i)	(828)	(808)
Consultorias		(329)	(96)
Diversos		(123)	(428)
		<b>(1.280)</b>	<b>(1.332)</b>

- i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

## 21 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2019	2018
Rendimento de aplicação financeira	1.223	819
Outras receitas	236	1.024
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.459</b>	<b>1.843</b>
Juros do financiamento	(10.222)	(12.356)
Juros das debêntures	(8.432)	(8.222)
Outras despesas	(2.156)	(1.966)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(20.810)</b>	<b>(22.544)</b>
	<b>(19.351)</b>	<b>(20.701)</b>

## 22 Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
<b>Resultado antes dos impostos</b>	18.212	21.388
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(6.192)	(7.272)
Adições	(929)	(97)
<b>Despesa de IR e CS à alíquota efetiva</b>	<b>(7.121)</b>	<b>(7.369)</b>
Alíquota efetiva	39%	34%

## 23 Transações com partes relacionadas

### (a) Transações comerciais

Conforme mencionado na nota explicativa 20, refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O contrato foi assinado no dia 13 de agosto de 2013 e possui vigência de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes. O valor original do contrato foi de R\$ 975, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais

### (b) Dividendos

Durante o exercício a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios, apurados nos exercícios anteriores, o valor total de R\$ 11.854. Sendo R\$ 8.552 para a Celeo e R\$ 3.302 para os demais acionistas. Cada acionista recebeu o valor proporcional a sua participação.

## 24 Gestão de riscos financeiros

### (a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

#### i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

**ii. Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

**iii. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

**iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

**iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

**iv. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

**(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(764)	(573)	(382)
Financiamento	Aumento do IPCA	3.956	2.967	1.978
Debêntures	Aumento do IPCA	2.488	1.866	1.244

\* fonte: relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019 publicado no site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)). O CDI e o IPCA para o cenário provável (4,25% e 3,50%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2020.

**(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros**

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

## 25 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 29.496 mil para danos materiais e R\$ 9.000 para responsabilidade civil.

## 26 Evento subsequente

### **Efeitos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do COVID-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Francisco Antolin Chica Padilla  
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo  
Contador  
CRC-RJ 111193/O-8